

O que esperar deste segundo semestre?

» EDUARDO LUIZ
CEO da Epar

Já passamos para o segundo semestre de 2022, ou seja, metade do ano se foi. Se considerarmos as estimativas feitas no final de 2021 e início de 2022 sobre o que estaria por vir, muito dificilmente falaríamos que iríamos conseguir cumprir e até realizar algumas delas.

Um dado muito importante que colabora para essa constatação é a queda no número de desempregos, com um déficit de 10%, mas precisamente em 9,8% até maio. Isso é importante, pois é o melhor resultado desde 2015.

Bem verdade que a economia ainda não está totalmente recuperada. No entanto, quando pegamos os dados das pequenas empresas que elevaram os investimentos, tomando crédito, apostamos justamente na retomada. Quando pegamos essa base de empregos gerados que passam a ter um poder de consumo, podemos esperar um crescimento de forma real. Isso corroborado com os incentivos que o próprio governo tem concedido e até com o aumento, nos últimos dias, que vão nessa direção.

O nosso Banco Central foi um dos primeiros a dar o remédio amargo, subindo os juros para conter a inflação que estava anunciada. Isso se mostrou coerente e correto, tanto que os países que não fizeram esse movimento passaram a sofrer as consequências em suas economias, com taxas de inflação há tempos não vistas.

Diante desse cenário, o que esperar para o segundo semestre de 2022? Novamente, qualquer estimativa pode ser alcançada ou simplesmente não. Uma coisa posso afirmar — nesses anos que estou à frente de negócios, atuando e contribuindo com outros tantos —, é raro vermos empresas e negócios morrerem por trocarem ou fazer essa mudança de forma rápida. É frequente vê-las morrerem lentamente ou simplesmente não mudarem.

No cenário onde as coisas acontecem de modo muito rápido, o ontem não é sucesso para o amanhã. Tudo muda e as empresas precisam entender que são organismos vivos. Não quero dizer que precisamos mudar tudo e todos, mas assim como pequenos blocos que são empilhados um a um para a construção de uma parede ou prédio, isso deve ser feito. As empresas e organizações precisam entender de forma definitiva que o ponto de partida e o ponto de chegada devem sempre ser o cliente. O foco deve estar aí.

Aqueles que ainda têm ou orbitam conceitos fechados, e que fazem com que escutemos até hoje algumas frases como: “sempre foi assim”, “só estamos aqui porque isso já foi feito dessa forma”, “não mexo em time que está ganhando”, “eu sei o que os nossos clientes precisam”, só ratificam o que muitos ainda não entenderam: o conceito de ter o cliente no centro de tudo.

A atuação de forma organizada e parametrizada é um fator determinante para que se alcancem novos mercados e frentes de atuação, se isso não está bem desenhado, não adianta correr atrás de clientes. Por fim, descobrir como o



negócio é tangibilizado e tentar criar referências que possam ser balizadas com o mercado e com a concorrência, essas informações podem ser de cada profissional, setor e até mesmo global de toda a empresa. Medir e mensurar o que é feito e entregue é fundamental.

Por fim, não sei em que negócio ou área atua,

nem sei também há quanto tempo, mas posso afirmar que, se quiser ter um segundo semestre melhor do que foi o primeiro, deve agir firmemente no caminho e na busca de melhorias e da transformação continuada. Mudar não é mais um conceito, mas, sim, questão de sobrevivência.

É o regime presidencialista realmente o nosso problema?

» FÁBIO OURIQUE DA SILVA
Consultor político, especialista em gestão pública, formado em administração

Em que pese o fato de boa parte dos países desenvolvidos ter adotado o sistema parlamentarista como forma de governo nas já consolidadas democracias vigentes (algumas em vias de se tornarem centenárias), existe o fascínio no imaginário brasileiro sobre o não explorado, ou o usual em outros países como sendo a solução para o Brasil, imaginando que a cultura, os usos e costumes brasileiros pudessem ser subjugados e qualquer alteração de regime e forma de governo, pura e simplesmente, como num passe de mágica, transformaria o país.

É necessário ter uma constância no hábito da disciplina e estudo em política para nos mostrar que o poder da transformação está aliado ao voto que nos é de direito o único instrumento para mudar o que está instalado numa das casas legislativas do Brasil, a Câmara dos Deputados. Isso, por conseguinte, torna a eleição dos seus membros de extrema relevância e preocupação central dos brasileiros.

Para além de responsabilizar a forma de governo, por exemplo, culpar o presidencialismo de coalizão, muito achincalhado pelo senso comum (que nos perdoe Sérgio Abranches que cunhou a expressão), é preciso, sem sombra de dúvida, jogar luz na estrutura do problema. E qual seria ele?

O mecanismo do presidencialismo de coalizão pode não ter produzido seus melhores resultados, mas na sua forma, em que é atacado, pode servir de cortina de fumaça para esconder o outro lado que influencia o problema: o que a composição da Câmara dos Deputados produz

e quem é enviado a Brasília para ocupar os assentos do parlamento para que boa parte dos imbróglis do país tenha encaminhamento mais positivo, pois é de responsabilidade da Câmara dos Deputados a construção do orçamento federal e das emendas parlamentares, aprovação de leis, alteração da Constituição e até mesmo a famigerada admissibilidade do processo de impeachment e sua votação.

A partir das eleições próximas, num eventual novo governo, os brasileiros deveriam produzir, antes de tudo, uma nova legislatura com uma Câmara dos Deputados mais austera, independentemente do regime e da forma que adotar, até mesmo a preconizada pelo professor Michel Temer, a semipresidencialista. Porém, cabe ressaltar que precisamos de mais profundidade de análise, mais dedicação em escolher os representantes. Não é incomum em roda de amigos alguém responder que não lembra em quem votou para deputado federal nas últimas eleições.

Também se verifica que o último processo eleitoral não produziu resultados efetivos no Legislativo, haja vista que em 2018 os brasileiros renovaram 243 deputados federais, são 47,3% de novos ocupantes das cadeiras da câmara federal. Essa renovação, a despeito da novidade, não garantiu diferenças nas negociações do governo com a casa legislativa, como, por exemplo, sobre emendas parlamentares, pois instituiu um orçamento secreto. Inclusive não alterou a negociação para a eleição do presidente da casa e muito menos produziu diferenças na aprovação do fundo eleitoral.

Portanto, rogamos para a reflexão de que a eleição mais importante, que fará a transformação da realidade do país, é a que preenche as vagas dos deputados federais, perfazendo a compreensão que monta não só para o presidente da República esse compromisso, como avalia o senso comum, mas responsabilizando a Câmara dos Deputados; afastando de vez o debate de que a recuperação do país se daria somente pela via de alteração da forma de governo.

Esses concretos fatos denunciam a dificuldade dos brasileiros em escolher seus representantes e, para além da forma de governo, é importante perceber quem interfere no país significativamente, quem dá a última palavra. Consequentemente, se faz necessária a adoção da disciplina em acompanhar o cenário político para uma escolha de maior qualidade dos deputados federais (passado, presente e propostas para o futuro), mas prioritariamente absorvermos a ideia de que é na câmara dos deputados que habita o poder incisivo nas decisões importantes do país, possuindo papel central na vida de cada brasileiro.

É preciso assim delegarmos a relevância desse voto a mesma importância que delegamos ao pretenso “salvador” presidente da república que comumente fazemos, e teremos com esse entendimento dado um passo eficaz para alteração do status quo da nação, rumo à transformação na nossa neófito democracia, ampliando a visão sobre o problema, tendo sob maiores horizontes a oportunidade de trazer um bem maior para o nosso país.

Vida longa para crianças com doença cardíaca

» CARLOS SCHERR
Cardiologista, é diretor-geral do Instituto Nacional de Cardiologia (INC)

» RENATA MATTOS
Cardiopediatra, é chefe da Divisão de Cardiologia Pediátrica e Cardiopatia Congênita do INC

O caso recente da filha do ator Juliano Cazarré, da novela *Pantanal*, chamou a atenção para o desafio enfrentado pelo sistema de saúde brasileiro quanto à cardiopatia congênita, termo que designa doenças cardíacas presentes quando a criança nasce.

Juliano e a esposa agiram de forma sensata, primeiro ao realizarem, no pré-natal, o exame de ecocardiograma fetal, que identificou uma malformação na valva tricúspide do coraçãozinho do feto, doença denominada anomalia de Ebstein. De posse do diagnóstico precoce, eles tomaram a decisão correta de realizar o parto num hospital com equipe especializada em cardiopatias congênitas, que conduziu o necessário procedimento cirúrgico logo após o nascimento.

Estima-se que um entre cada 100 bebês apresenta alguma cardiopatia congênita, o que equivale a cerca de 30 mil recém-nascidos por ano no Brasil. A chave para evitar a perda de vidas está no diagnóstico precoce, ainda no útero, o que pode ser feito por meio do ecocardiograma fetal, um exame indolor e sem nenhum risco para o bebê.

O ecocardiograma fetal pode ser realizado por equipamentos de ultrassom, que estão disponíveis em grande parte das unidades das redes pública e privada de saúde no Brasil. O exame de ultrassom já faz parte do rol de procedimentos padrão do pré-natal e permite aos médicos visualizarem o desenvolvimento global do feto — e aos pais descobrirem o sexo do bebê. Nossa proposta é que todas as grávidas brasileiras passem também a fazer um ecocardiograma fetal no pré-natal.

O maior desafio para a universalização do ecocardiograma fetal não está na disponibilidade de equipamentos nem no custo do exame, mas, sim, nos recursos humanos. O ideal é que o operador do ultrassom seja um cardiopediatra, conhecedor da anatomia e das especificidades desses pequenos corações.

Como nem sempre é possível contar com esse profissional nas unidades de saúde país afora, será necessário treinar médicos de outras especialidades para terem um olhar mais sensível às cardiopatias e realizarem uma triagem abrangente. Nesse sentido, o Ministério da Saúde criou o Programa Renasce, coordenado pelo Instituto Nacional de Cardiologia (INC), que está em fase de implantação e tem como objetivo melhorar o diagnóstico e tratamento de cardiopatias congênitas no SUS.

Um dos pilares do Renasce é exatamente a capacitação de recursos humanos, realizada pela equipe do INC, que é referência do Ministério da Saúde no tratamento de alta complexidade em doenças cardíacas. O programa prevê a utilização da telemedicina, que avançou muito nos últimos anos. O desenvolvimento das tecnologias digitais já permite que médicos operadores de ultrassom enviem imagens dos exames para análise dos cardiopediatras do INC e de outros centros especializados em cardiopatias congênitas. Dessa forma, acreditamos que podemos avançar no necessário diagnóstico precoce.

Na ausência do diagnóstico intrauterino, torna-se ainda mais importante a realização do teste do coraçãozinho em todos os recém-nascidos. O exame, que está disponível no SUS, consiste na medição do índice de oxigenação dos recém-nascidos por meio de saturímetros colocados nos dedos da mão e do pé do bebê. Nos casos de baixa oxigenação ou de diferença significativa entre a oxigenação na mão e no pé, o recém-nascido é, então, submetido a um ecocardiograma. Identificada uma cardiopatia, em certos casos, é preciso tratá-la imediatamente por meio de cirurgia ou cateterismo.

No bojo do Programa Renasce, estamos trabalhando para otimizar os procedimentos de regulação de recém-nascidos com cardiopatias que necessitam de tratamento rápido. O Programa também estipulou como meta aumentar o número de cirurgias para tratar as cardiopatias congênitas em 60% até 2023.

Por fim, cabe recomendar aos pais que fiquem atentos a sinais que podem indicar uma cardiopatia congênita nos seus bebês: cansaço e várias pausas durante a mamada; dificuldade de ganhar peso; lábios e nariz que ficam roxos, principalmente quando a criança chora; e falta de ar e coração muito acelerado sem ter feito exercício. Nesses casos, procure logo aconselhamento médico. A medicina e a ciência avançaram sobremaneira e crianças que nascem com doenças cardíacas podem ter uma vida longa e produtiva, desde que diagnosticadas e tratadas precocemente.